



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 14, n. 1, p. 29-49, jan./mar., 2018

doi:10.4270/ruc.2018102
Disponível em www.furb.br/universocontabil



FATORES INFLUENCIADORES DO RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS EM EMPRESAS DO IBOVESPA ¹

INFLUENCING FACTORS OF THE RECOGNITION OF DEFERRED TAX ASSETS IN IBOVESPA COMPANIES

DE RECONOCIMIENTO DE ACTIVOS POR IMPUESTOS DIFERIDOS EN LAS EMPRESAS BRASILEÑAS QUE FIGURAN EN EL IBOVESPA

Clari Schuh

Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Docente da Universidade de Santa Cruz do Sul
Endereço: Av. Independência, 2293 - Bairro Universitário
CEP: 96.815-900 - Santa Cruz do Sul/RS - Brasil
E-mail: clarischuh@uol.com.br
Telefone: (51) 3717-7364

Silvio Paula Ribeiro

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Endereço: Rua Santo Expedito, 1864 - Bairro IV Centenário
CEP: 15.704-044 – Jales/SP - Brasil
E-mail: spribeiro@hotmail.com
Telefone: (17) 3631-2891

Davi Souza Simon

Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Endereço: Av. Dr. Nilo Peçanha, 1600 - Bairro Boa Vista
CEP: 91330-002 – Porto Alegre/RS – Brasil
E-mail: davi.simon.cnh@gmail.com
Telefone (51) 99973-4007

Clóvis Antônio Kronbauer

Doutor em Contabilidad y Auditoría pela Universidad de Sevilla - España
Docente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Endereço: Av. Unisinos, 950 – Bairro Cristo Rei
CEP: 93.022-000 – São Leopoldo/RS - Brasil
E-mail: clovisk@unisinos.br
Telefone: (51) 3591 1122 – Ramal 1520

¹ Artigo recebido em 16/11/2016. Revisado por pares em 21/05/2018. Reformulado em 19/06/2018. Recomendado para publicação em 03/09/2018 por Tarcísio Pedro da Silva. Publicado em 20/12/2018. Organização responsável pelo periódico: FURB.

RESUMO

O reconhecimento dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD) é normatizado pela Deliberação da CVM de n. 599/09, no entanto, existe margem dentro desses critérios para um maior ou menor nível de reconhecimento destes ativos, influenciando no lucro e composição do patrimônio das empresas. O estudo objetivou descrever os fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos (AFD) em empresas do Ibovespa. A pesquisa foi descritiva, com análise documental e abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 59 empresas brasileiras do Ibovespa, a análise compreendeu o período de 2009 a 2017 e os dados foram obtidos no *site* da B3. Por meio de um exame de conteúdo e regressão de dados em painel, os resultados indicam que a variável endividamento não apresentou relação significativa com o Índice de AFD na amostra da pesquisa, divergindo do resultado da maioria dos estudos anteriores. A variável rentabilidade financeira apontou uma relação negativa e significativa na maior parte das especificações com o Índice de AFD. As variáveis T1 (logaritmo natural da receita de vendas) e T2 (logaritmo natural do valor do ativo total) reportam relação significativa e negativa com o nível de IAFD. Este resultado pode estar relacionado com a mudança institucional (IFRS), sugerindo a necessidade de pesquisas futuras que permitam a identificação de explicações e fatores relacionados de forma concreta ao nível de AFD das empresas brasileiras.

Palavras-chave: Tributos sobre o lucro; Ativos fiscais diferidos; Reconhecimento.

ABSTRACT

The recognition of Deferred Tax Assets (AFD) is regulated by CVM Deliberation n. 599/09, however, there is a margin within these criteria for a greater or lesser degree of recognition of these assets, influencing the profit and composition of corporate equity. The study aimed to describe the factors influencing the recognition of deferred tax assets (AFD) in Ibovespa companies. The research was descriptive, with documentary analysis and quantitative approach. The sample consisted of 59 Brazilian companies of Ibovespa, the analysis comprised the period from 2009 to 2017 and the data was obtained from the B3 website. By means of a content examination and panel data regression, the results indicate that the indebtedness variable did not present a significant relationship with the AFD Index in the research sample, differing from the results of most previous studies. The variable financial return showed a negative and significant relationship in most of the specifications with the AFD Index. The variables T1 (natural logarithm of sales revenue) and T2 (natural logarithm of the total assets value) report a significant and negative relationship with the level of IAFD. This result may be related to the institutional change (IFRS), suggesting the need for future research that allows the identification of explanations and factors related in concrete form to the AFD level of the Brazilian companies.

Keywords: Taxes on profit; Deferred tax assets; Recognition.

RESUMEN

El reconocimiento de los Activos Fiscales Diferidos (AFD) es normatizado por la Deliberación de la CVM de n. 599/09, sin embargo, existe margen dentro de esos criterios para un mayor o menor nivel de reconocimiento de estos activos, influenciando en el lucro y composición del patrimonio de las empresas. El estudio objetivó describir los factores influenciadores del reconocimiento de activos fiscales diferidos (AFD) en empresas del Ibovespa. La investigación fue descriptiva, con análisis documental y enfoque cuantitativo. La muestra fue compuesta por 59 empresas brasileñas del Ibovespa, el análisis comprendió el período de 2009 a 2017 y los datos fueron obtenidos en el sitio de B3. Por medio de un examen de contenido y regresión de datos en panel, los resultados indican que la variable endeudamiento no presentó relación significativa con el Índice de AFD en la muestra de la encuesta, divergiendo del resultado de la

misa de los estudios anteriores. La variable rentabilidad financiera apuntó una relación negativa y significativa en la mayoría de las especificaciones con el Índice de AFD. Las variables T1 (logaritmo natural de los ingresos de ventas) y T2 (logaritmo natural del valor del activo total) reportan relación significativa y negativa con el nivel de IAFD. Este resultado puede estar relacionado con el cambio institucional (IFRS), sugiriendo la necesidad de investigaciones futuras que permitan la identificación de explicaciones y factores relacionados de forma concreta al nivel de AFD de las empresas brasileñas.

Palabras clave: Impuestos sobre la renta; Los activos por impuestos diferidos; Reconocimiento.

1 INTRODUÇÃO

O processo de convergência da harmonização das normas internacionais de contabilidade contribui com o processo de sua utilização, ao proporcionar maior possibilidade de entendimento por parte dos usuários nas negociações internacionais, segundo Leite (2002), Ernst & Young (2010) e Martins et al. (2013). Um dos grandes dilemas ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional tratava-se do imposto de renda. Assim, o Comitê de Procedimentos Contábeis emitiu o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, ancorado pela IAS 12, objetivando harmonizar as normas internacionais de contabilidade, que sofre influência do regulamento do imposto de renda, motivo pelo qual houve resistência no Brasil à adoção das normas internacionais (ERNST & YOUNG, 2010; MARTINS et al. 2013).

O tratamento contábil dos impostos sobre lucros tem merecido atenção especial de diversos organismos, tanto a nível nacional, quanto internacionalmente. Isso ocorre porque a contabilidade busca, de acordo com seus objetivos, fornecer informação útil aos diversos usuários, e não somente gerar dados que sirvam de base para apuração de tributos (KRONBAUER; ROJAS; SOUZA, 2009).

Recentemente ocorreram publicações enfatizando o tema tributo sobre o lucro, como por exemplo: Kronbauer, Rojas e Souza (2009); Kronbauer et al. (2010), Anceles (2012), Kronbauer et al. (2012), Almeida e Lemes (2013), Pereira (2014) e Madeira (2015). Já em relação às publicações internacionais destacam-se: Miller e Skinner (1998), Covarsí e Ramírez (2003), García-Ayuso e Zamora (2003), Gordon e Joos (2004), Wilson (2009), Lisowsky (2010), Rojas et al. (2010), Kronbauer et al. (2012), Martinez e Ronconi (2013), Ramírez, Rojas e Torres (2014), Bauman e Shaw (2016), Mayoral e Segura (2014; 2017).

Diante do contexto, esta pesquisa teve como objetivo descrever fatores influenciadores do reconhecimento de AFD em empresas do Ibovespa. E para atender ao propósito se utilizou um modelo econométrico, nas empresas listadas no Ibovespa, no período de 2009 a 2017, com inclusão da variável “setores”. Este estudo justifica-se pela oportunidade de verificar se as empresas pesquisadas também se utilizam de margens oportunistas facilitadas pelas normas contábeis, buscando melhorar indicadores financeiros e econômicos por meio de AFD (KRONBAUER et al., 2010). O reconhecimento de impostos diferidos poderia ser motivado pelos resultados negativos apresentados pelas empresas (HANLON; NAVISSI; SOEPRİYANTO, 2014; MAYORAL; SEGURA, 2014; 2017). Nesse sentido, Ramírez, Rojas e Torres (2014) justificam que os estudos neste tema devem ocorrer pela importância destacada na literatura, expectativa de reformas normativas e a necessidade de considerar a análise de relevância do efeito fiscal em relação ao resultado da empresa, principalmente em relação à expectativa dos investidores.

O artigo foi dividido em cinco partes. A primeira apresentou a introdução, sendo que, na segunda parte foi abordado o referencial teórico. Em seguida foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados e na quarta parte, os dados, a análise descritiva das

variáveis, a análise da matriz de correlações entre as variáveis e os resultados do modelo de dados em painel. O artigo se encerra com as considerações finais.

2 FATORES INFLUENCIADORES DO RECONHECIMENTO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS: ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

2.1 Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos

O crescimento da economia mundial tem trazido um avanço informacional livre das barreiras do tempo e da distância, forçando a adaptação das informações contábeis, usualmente preparadas de acordo com padrões e práticas locais, aos padrões internacionais. As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) conceberam um dos maiores avanços de todos os tempos em relação aos padrões contábeis (LI, 2010). Desta forma, alcançam as perspectivas dos usuários locais e externos, podendo ser utilizadas como bases de medidas ou comparação uniformes.

A necessidade de harmonização das normas contábeis utilizadas no mundo inteiro surgiu, principalmente, a partir da necessidade de haver maior clareza na interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis das empresas, permitindo, assim, maior grau de comparabilidade entre os resultados obtidos por diferentes empresas, mesmo que estejam localizadas em diferentes países, como explicam Byard, Li, Yu, (2011); Macías e Muiño (2011) e Alali e Foote (2012).

Contudo, a contabilidade perde seu objetivo pela influência da legislação tributária (NOURI; ABAOUB, 2014). Para Rojas et al., (2010) a relação entre a contabilidade e o fisco é tradicionalmente caracterizada pela existência de desarmonia e as causas desta relação problemática está nos diferentes interesses dos usuários das informações financeiras.

Com a mudança institucional, vários organismos contábeis nacionais iniciaram discussões visando a implementação de alternativas à luz das IFRS. A adoção de uma nova linguagem visa melhorar a qualidade da informação contábil e proporcionar maior transparência às informações societárias. Neste cenário foram promulgadas a Lei 11.638/07 e 11.941/09 que alteram a Lei 6.404/76, a fim de regular a transição para o novo modelo contábil. A alteração das normas contábeis brasileiras se deu pela adoção gradativa (a partir de 2008, com a adoção voluntária, e a partir de 2010, compulsória) dos padrões emitidos pelo IASB, conhecidos como IFRS, os quais estão sendo adotados em mais de 100 países, inclusive países da Comunidade Europeia.

Logo, houve uma mudança institucional, trazendo mudanças significativas, principalmente, no sentido de que refletem a desvinculação entre a contabilidade societária e a contabilidade tributária. E este foi o motivo pela resistência no Brasil da adoção as referidas normas (ERNST & YOUNG, 2011; MARTINS et al., 2013). Considera-se que toda alteração nas regras formais e/ou informais afeta os resultados e o comportamento das instituições (NORTH, 1990).

Donohoe (2015) evidencia que o objetivo dessa medida é fazer com que demonstrações e relatórios contábeis sejam mais facilmente compreendidos pelos seus usuários. Espera-se que a adoção das IFRS propicie uma melhora na qualidade da informação das empresas (TÜREL, 2009; DIMITROPOULO et al. 2013) e uma comparabilidade dos estados de contas das empresas (YIP; YOUNG, 2012).

Assim, a qualidade da informação contábil é influenciada por diversos fatores regulatórios, do mesmo modo como os padrões de contabilidade de alta qualidade (IATRIDIS, 2010; HOUQE et al., 2012; CHRISTENSEN; HAIL; LEUZ, 2013), assim como a origem do sistema legal do país (BUSHMAN, PIOTROSKI, 2006; SODERSTROM, SUN, 2007), a

influência do sistema tributário no alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável (HOUQE et al., 2012; SODERSTROM, SUN, 2007).

Além disso, os fatores que interferem na qualidade dos resultados das empresas, de acordo com Dechow, Ge e Schrand (2010) são: (i) características da empresa, (ii) práticas de reporte financeiro, (iii) governança e controles, (iv) auditoria, (v) incentivos do mercado de capitais e, (vi) fatores externos.

Para disciplinar a desarmonia entre os princípios contábeis e a legislação fiscal, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), nos Estados Unidos, e o *International Accounting Standards Board* (IASB), em nível internacional, emitiram normas que regulam o tratamento contábil do imposto sobre lucros e seus efeitos temporários na estrutura patrimonial das empresas e no resultado. No Brasil, esse aspecto está regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que editou o Pronunciamento Técnico CPC 32, o qual tem por objetivo definir o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro. Este pronunciamento do CPC teve a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Deliberação CVM nº 599/09 (CVM, 2009), e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução 1.189/09 (CFC, 2009).

A partir desta norma, se observa que as diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, são as diferenças temporárias, que afetam ou podem vir a afetar a apuração dos tributos sobre o lucro. E são essas diferenças temporais de reconhecimento de receitas e despesas que dão origem aos ativos e passivos fiscais diferidos. Ainda, os ativos fiscais diferidos podem ter origem: (i) por ocasião de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros, (ii) pela adoção de diferentes critérios de mensuração de elementos do ativo e do passivo (FERNÁNDEZ; MARTÍNES, ALVAREZ, 2003).

Para Ramírez, Rojas e Torres (2014), as decisões de reconhecimento dos ativos fiscais são interdependentes. Assim, os fatores explicativos podem ser sobrepostos e suas análises apresentarem erros de especificação, gerando resultados espúrios e inconsistentes. Ramírez, Rojas e Torres (2014, p. 174) destacam que “as pesquisas empíricas nesta área se caracterizam por um aumento contínuo da solicitação de informações relativas as métricas que paralelamente desenvolve um intenso debate acerca da utilidade de informação sobre os ativos ou passivos fiscais diferidos”.

Pereira (2014) complementa que o reconhecimento do ativo fiscal diferido deve ocorrer para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo.

Além disso, nas pesquisas sobre AFD, encontram-se os estudos que sugerem que as empresas se utilizaram do reconhecimento dos AFD para gerenciamento de resultado (MODIGLIANI, MILLER, 1958; FIELDS, LYS, VICENT, 2001; MARTINEZ, 2001; GARCÍA-AYUSO, ZAMORA, 2003; SCHRAND, WONG, 2003; GORDON, JOOS, 2004; CHAO, KELSEY, HORNG, CHIU, 2004; OLIVEIRA, ALMEIDA, LEMES, 2008; MARTINEZ, 2008; KRONBAUER et al., 2010; KRONBAUER et al., 2012; RODRÍGUES; ARIAS, 2015; SOUSA, 2017).

2.2 Estudos Precedentes

O reflexo dos impostos sobre o resultado das empresas no Brasil e no mundo tem sido tema de diversas pesquisas nos últimos anos, nas mais diversas formas de abordagens. Campos, Sarlo Neto e Almeida (2010) investigaram a influência da tributação no grau de conservadorismo das empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2000 a 2006. Após a realização de testes, o modelo de efeitos fixos mensurado pelo método de mínimos quadrados ponderados foi considerado o mais bem indicado para a análise, a qual demonstra que

aproximadamente 10,37% da variação do *Book-to-Market* são explicados pela variação nas variáveis independentes.

Pereira (2014) analisou o tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo na mudança nas normas brasileiras, com o objetivo de verificar se a atualização das normas contábeis, que versam sobre o tratamento contábil dos tributos sobre o lucro é compatível com a IAS 12, e como as normas brasileiras tratam o assunto. Os resultados identificaram que as normas brasileiras cumprem com as necessidades normativas quanto ao tratamento contábil dos tributos sobre o lucro.

Já Almeida e Lemes (2013) verificaram o entendimento de pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil. O principal achado foi a falta de consenso nas respostas dos auditores da amostra. À luz destes resultados, infere-se que, diante do uso de uma mesma norma, existe a possibilidade de que os profissionais efetuem interpretações distintas que resultem em relatórios contábeis não comparáveis. Na mesma linha Toigo, Gollo e Cunha, (2014) procuraram identificar os julgamentos dos alunos concluintes do curso de ciências contábeis, em relação a pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Os resultados evidenciam baixo índice de julgamento adequado.

A investigação sobre o lucro tributável antes e depois do Regime Tributável Transitório (RTT) nos períodos anteriores e posteriores à adoção das IFRS foi feita por Martinez e Ronconi (2013). Os achados são de que há uma maior informação sobre o lucro contábil na amostra como um todo. Apesar do advento da RTT e do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o conteúdo informativo do lucro tributável continuou sendo mais importante do que o lucro contábil após este advento, embora a diferença relativa tenha caído.

Madeira (2015) procurou identificar as características dos tributos diferidos nas companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS. A análise descritiva dos dados evidenciou que o montante dos passivos fiscais diferidos foi superior ao montante dos ativos fiscais diferidos em todos os anos pesquisados. Situação que contrasta com o cenário pré-IFRS, no qual existiam menos passivos fiscais diferidos devido às reduzidas opções de exclusões temporárias. Os ativos fiscais diferidos são majoritariamente oriundos de diferenças temporárias, porém ocorrendo um crescimento maior dos créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais no período combinado com uma evolução maior dos ativos fiscais totais do que dos passivos fiscais diferidos.

Com o objetivo de comparar a IAS 12, com a deliberação da CVM 273/1998, e a Resolução 998/2004, do CFC, Kronbauer et al. (2009) desenvolveram um estudo de natureza qualitativa que consiste em uma análise descritiva e comparativa de conteúdo. Concluíram que as normas brasileiras, as quais prescrevem o tratamento contábil dos tributos sobre o lucro possuem um elevado grau de compatibilidade com a IAS 12. Mesmo que a referida Norma Internacional de Contabilidade tenha uma amplitude maior e se apresente mais completa, com a presença de vários itens, que se mostram ausentes na normativa brasileira, afirmaram que a Deliberação CVM nº 273/98 e a NBC T 19.2 do CFC cumprem com as necessidades normativas quanto ao tratamento contábil dos tributos sobre o lucro. Mesmo assim, uma empresa brasileira que elabore suas demonstrações contábeis com base nestas normas da CVM e do CFC, terá alguns ajustes a realizar, caso necessite apresentar sua informação com base nas normas internacionais, no que tange ao tratamento dos tributos sobre o lucro.

A pesquisa de Kronbauer et al. (2012) evidenciou a utilização de normas contábeis oportunistas no reconhecimento de passivos fiscais em empresas brasileiras e espanholas. A amostra da pesquisa foi formada por empresa brasileiras e espanholas, no período de 2003 a 2005. Com o objetivo de identificar fatores que possam explicar o nível de reconhecimento de AFD, Kronbauer et al. (2010) analisaram as demonstrações contábeis do período de 2003 a 2008 de uma amostra de empresas integrantes do Ibovespa. Os resultados indicaram que embora

as empresas cumpram com a Deliberação CVM n° 273/98, existe um processo de ajustamento nos níveis de reconhecimento de ativos fiscais no decorrer do tempo, resultante de uma movimentação no passado que independe dos resultados presentes. As variáveis endividamento, a liquidez geral, a rentabilidade e o tamanho das empresas foram relevantes para explicar a variabilidade no reconhecimento de AFD, ao nível de significância de 1%, sugerindo para a utilização oportunista das margens facilitadas pelas normas contábeis, buscando melhorar indicadores financeiros e econômicos por meio de AFD.

O estudo de Anceles (2012) teve como objetivo identificar os fatores explicativos de reconhecimento dos ativos de natureza fiscal em empresas pertencentes ao agronegócio, listadas na BMF&BOVESPA, no período de 2001 a 2010. Os resultados indicam a interdependência entre o reconhecimento de ativos fiscais (o nível de reconhecimento de um ativo fiscal explica o nível do outro), além de evidenciarem que tais ativos podem ser explicados pelas seguintes variáveis: alavancagem, liquidez corrente, ativo imobilizado (intensidade de capital), ativo intangível, pelas exportações, pelo tamanho (com base na receita líquida) e pelo Estado de localização da sede da empresa.

Almeida e Lemes (2013), com o objetivo de identificar quais são as interpretações dos auditores independentes no que concerne a quatro Pronunciamentos Contábeis brasileiros, afirmam a falta de consenso nas respostas dos auditores da amostra. Observaram ainda, que as interpretações de três Pronunciamentos Contábeis foram estatisticamente distintas, em função do tamanho da empresa ou da familiaridade com as IFRS ou, ainda, do tempo de experiência com atividades relacionadas às IFRS. À luz desses resultados, infere-se que, diante do uso de uma mesma norma, existe a possibilidade de que os profissionais efetuem interpretações distintas que resultem em relatórios contábeis não comparáveis. Neste sentido, embora as empresas forneçam “informações complementares sobre os impostos diferidos, a magnitude da informação é pequena” (LAUX, 2013, p. 1357).

Miller e Skinner (1998) exploraram os determinantes da provisão para impostos diferidos ativos sob “SFAS No. 109”. Os autores apontam que o subsídio é maior para empresas com relativamente mais ativos fiscais diferidos e menor para as empresas com níveis mais elevados de lucro tributável futuro esperado. A variável explicativa mais importante para a provisão de avaliação é o nível de compensação de créditos fiscais e prejuízos fiscais das empresas, de acordo com esses itens sendo mais difícil de realizar. Também foi percebida pouca evidência de que os gerentes usam a provisão de avaliação para fins de gerenciamento de resultados, embora esses testes podem não ser muito consistentes.

Em estudo realizado por García-Ayuso e Zamora (2003), no período de 1993 a 1998 foram identificados os fatores determinantes para o reconhecimento de AFD, provenientes de prejuízos fiscais. Os principais achados indicam reconhecimento dos referidos ativos, como motivação para melhorar os índices de endividamento. E ao relacionarem o reconhecimento com as variações nos lucros e receitas, apontaram evidências que mostram a relação positiva para a possível existência de gerenciamento de resultados e a propensão em reconhecer ativos fiscais oriundos de prejuízos.

Objetivando examinar se o reconhecimento de impostos diferidos poderia ter objetivos oportunistas, Gordon e Joos (2004) realizaram uma pesquisa no Reino Unido. Os resultados obtidos apontam que, em média, os gestores apresentavam a tendência para divulgar as circunstâncias que iriam ocasionar uma redução no imposto a pagar no futuro, independentemente de reconhecer impostos diferidos. A pesquisa evidenciou ainda que a supressão do método parcial dos impostos diferidos diminuiu a utilidade das divulgações dos impostos diferidos. Neste sentido, Bauman e Shaw (2016, p. 81) expõem que ao “classificar todos os impostos diferidos como não circulante pode reduzir a utilidade dos impostos diferidos na avaliação patrimonial”.

Rojas et al. (2010) analisaram os fatores determinantes do nível de diferenças temporárias positivas e, conseqüentemente, de ativos fiscais diferidos, em uma amostra de 124 companhias espanholas de capital aberto. As considerações apontam que os níveis de endividamento, liquidez e rentabilidade podem ser considerados como fatores determinantes, para os diferentes níveis de diferenças temporárias positivas reconhecidas, já que os índices relativos a tais diferenças são significativamente distintos, nos diferentes níveis destas três variáveis. O estudo mostrou também, que as empresas com maior endividamento reconheceram um maior valor de diferenças temporárias positivas. Esse comportamento também foi observado em empresas de menor liquidez. Assim, os autores concluem que o reconhecimento dos ativos resultantes de tais diferenças temporárias melhorou a situação de liquidez e endividamento das empresas pesquisadas.

Os ativos e passivos oriundos de impostos diferidos têm impacto na avaliação das empresas. Assim, os ativos fiscais diferidos apresentam coeficientes negativos significativos nos modelos desenvolvidos, o que sugere que o mercado considera que esses ativos não podem ser recuperados sob o atual modelo de negócios da empresa e que deveriam ter sido considerados como uma despesa maior para a empresa. À luz destes resultados, as regras relativas à contabilidade do imposto de renda, devem considerar um maior conteúdo informativo nas demonstrações publicadas pelas empresas, e inclusive novas exigências para o reconhecimento destes ativos (RAMÍREZ; ROJAS; TORRES, 2014). Assim, a decisão de reconhecer os impostos diferidos é estimulada pelo impacto favorável no endividamento e tamanho da empresa e, em menor grau, devido à possibilidade de reduzir perdas, e limitado tanto pelas possibilidades reais de lucro quanto ao risco de continuidade dos negócios (MAYORAL; SEGURA, 2014, p. 27).

Contudo, Hanlon, Navissi e Soepriyanto (2014) abordam a necessidade de maiores informações em relação aos ativos diferidos, principalmente para as perspectivas dos investidores. Igualmente, Ramírez, Rojas e Torres (2014) destacam a importância de pesquisa empírica sobre impostos diferidos, principalmente no sentido de apontar a necessidade de aperfeiçoamento na regulamentação. Também, Sousa (2017), concluiu que o endividamento e o tamanho da empresa (ativo total) correspondem a fatores motivadores do reconhecimento de impostos diferidos. Com base nos estudos já realizados sobre fatores de evidência dos AFD, apresenta-se no Quadro 1 as variáveis utilizadas.

Quadro 1 – Evidências de AFD

VARIÁVEIS	EXPLICATIVAS	
	SIM	NÃO
Liquidez Corrente	Rojas et al. (2010) e Anceles (2012).	Kronbauer e Alves (2008).
Liquidez Geral	Kronbauer et al. (2010)	Kronbauer e Alves (2008).
Tamanho*	Gordon e Joos (2004); Kronbauer e Alves (2008); Anceles (2012); Mayoral e Segura (2014); Hanlon, Navissi e Soepriyanto (2014) e Madeira (2015).	Covarsí e Ramírez (2003); Laux (2013); Bauman e Shaw (2016) e Sousa (2017).
Tamanho**	Covarsí e Ramírez (2003); Wilson (2009); Kronbauer et al. (2010); Lisowsky (2010); Anceles (2012); Kronbauer et al. (2012) e Rodríguez e Arias (2015).	Gordon e Joos (2004).
Rentabilidade Financeira	Gordon e Joos (2004); Kronbauer et al. (2010); Rojas et al. (2010).	
Endividamento	Covarsí e Ramírez (2003); Gordon e Joos (2004); Kronbauer e Alves (2008); Wilson (2009); Lisowsky (2010); Kronbauer et al. (2010); Mayoral e Segura (2014); Rodríguez e Arias (2015) e Sousa (2017).	Anceles (2012) e Madeira (2015).

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2018).

*Quanto menor o ativo, maior é o reconhecimento de AFD;

**Com base na receita líquida.

Diante do contexto e da relevância do tema, conforme destacado nas pesquisas descritas nesta seção, este estudo tem como propósito corroborar ao analisar os fatores influenciadores do reconhecimento de AFD em empresas participantes do Ibovespa, no período de 2009 até 2017.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 População, Amostra e Período de Análise

Para o estudo, o universo foi composto das empresas participantes do Ibovespa, no período de 2009 até 2017. Assim, foram coletados dados secundários divulgados no *sítio* Brasil, Bolsa e Balcão (B3) deste período. Considerando-se todos os segmentos das companhias, chegou-se a 97 empresas. Prioritariamente, buscou-se aquelas que estavam pelo menos em 4 anos no Ibovespa no período analisado, reduzindo para 63 empresas. Destas, 4 empresas não constavam no *site* da B3. Deste modo, a amostra ficou em 59 empresas conforme consta no Quadro 2. As limitações quanto à disponibilidade dos dados e o descarte de observações caracterizam a amostra como não probabilística, por julgamento.

Quadro 2 – Amostra final das empresas do Ibovespa pesquisadas

Nome	N	Nome	N	Nome	N
ALL AM LAT LOG MALHA PAULISTA S/A	9	ECORODOVIAS	9	MARFRIG	9
AMBEV S/A	9	EDP -ENERGIAS DO BR	9	MMX MINER	9
B2W DIGITAL	9	ELETROBRAS	9	MRV	9
B3	8	ELETROPAULO	9	NATURA	9
BR MALLS PAR	9	EMBRAER	9	OI	9
BRADSPAR	9	ESTACIO PART	9	P.ACUCAR-CBD	9
BRASKEM	9	FIBRIA	9	PDG REALT	9
BRF SA	9	GAFISA	9	PETROBRAS	9
BROOKFIELD	7	GERDAU	9	QUALICORP	7
CCR SA	9	GERDAU MET	8	ROSSI RESID	9
CEMIG	9	GOL	9	SABESP	9
CESP	9	HYPERMARCAS/HYPERA	9	SID NACIONAL	9
CETIP	8	ITAUSA	9	SOUZA CRUZ	5
CIA HERING	9	JBS	9	SUZANO PAPEL	9
CIELO	9	KLABIN S/A	9	TELEF BRASIL	9
COPEL	9	KROTON	9	TIM PART S/A	9
COSAN	9	LIGHT S/A	9	TRAN PAULIST	9
CPFL ENERGIA	9	LOCALIZA	9	ULTRAPAR	9
CYRELA REALT	9	LOJAS AMERIC	9	USIMINAS	9
DURATEX	9	LOJAS RENNER	9		

Fonte: Ibovespa (2018).

Os dados para análise empírica foram obtidos das empresas constantes no Quadro 2, do período de 2009 até 2017, e resultou em 520 demonstrações contábeis. No exercício de 2009 e 2010, impossibilitou-se a inclusão de apenas 1 empresa, em 2015/2016/2017, três empresas foram excluídas em cada período. Neste período ocorreram fusões, incorporações e dados indisponíveis, que ocasionaram estes ajustes. Acredita-se que os ajustes mencionados não anulam a análise realizada, e que o número de observações é expressivo para a relevância do

estudo. A escolha dos exercícios de 2009 até 2017 justifica-se pela aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (CPC, 2009), que entrou em vigor em julho de 2009 e normatiza a divulgação de informações relativas aos AFD.

3.2 Análise e Cumprimentos das Normas Contábeis

Para verificar se as empresas objeto do estudo reconheceram informações adequadas no que se refere a AFD, em seus balanços patrimoniais, aplicando as normas contábeis específicas no período analisado, realizou-se um exame de conteúdo das demonstrações contábeis publicadas na B3. Com a análise nos balanços e notas explicativas das empresas, foram extraídas e tabuladas as informações, verificando a evidenciação de ativos diferidos, assim como comparando com a Deliberação da CVM de n. 599/09.

3.3 Descrição do Modelo e dos Procedimentos Estatísticos

Para verificar se há relação entre o nível de reconhecimento de AFD, com indicadores de endividamento, liquidez, rentabilidade e tamanho das empresas da amostra, realizou-se inicialmente regressões com dados em painel desbalanceado, com efeitos fixos e aleatórios. Como ferramenta de análise utilizou-se o *software* STATA 15 (STATACORP, 2015). As variáveis de interesse já foram utilizadas como variáveis explicativas em outros estudos (COVARSÍ; RAMÍREZ, 2003; GORDON; JOOS, 2004; KRONBAUER; ALVES, 2008; KRONBAUER et al. 2010; ANCELES, 2012; MAYORAL; SEGURA, 2014; MADEIRA, 2015; RODRÍGUEZ; ARIAS, 2015; BAUMAN; SHAW, 2016; SOUSA, 2017), pois justificam o reflexo do reconhecimento de AFD no patrimônio e no resultado das companhias.

$$IAFD_{it} = \beta_0 + \beta_1 ENDTO_{it} + \beta_2 LC_{it} + \beta_3 LG_{it} + \beta_4 RF_{it} + \beta_5 Tamanho1_{it} + \beta_5 Tamanho2_{it} + v_{it} \quad (Eq1)$$

Sendo:

IAFD_{it}: Índice de Ativos Fiscais Diferidos da empresa “i” no período “t”, que é a variável dependente, resultante da divisão entre o valor dos Ativos Fiscais Diferidos pelo valor do Ativo Total. Sendo *i* = empresa de 1 até 59, e *t* = anos de 2009 até 2017.

ENDTO_{it}: Endividamento, calculado para a empresa “i” no período “t”, obtido pela divisão do valor do Ativo Total pelo Patrimônio Líquido.

LC_{it}: Liquidez Corrente, calculada para a empresa “i” no período “t”, obtida pela divisão do valor do Ativo Circulante pelo valor do Passivo Circulante.

LG_{it}: Liquidez Geral, calculada para a empresa “i” no período “t”, obtida a partir da divisão entre os valores (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) pelo valor do Exigível Total.

RF_{it}: Rentabilidade Financeira, calculada para a empresa “i” no período “t”, calculada pela divisão entre o valor do Lucro Líquido e o valor do Patrimônio Líquido.

Tamanho1_{it}: logaritmo do valor da Receita Líquida do Exercício; e

Tamanho2_{it}: logaritmo do valor do Ativo Total;

v_{it}: É o termo que representa o erro da estimação, e é dependente da estimação de efeitos fixos ou aleatórios.

Em adição ao modelo da Equação 1, realizou-se estimação de regressão com dados em painel com efeitos aleatórios considerando variáveis *dummy* representando os segmentos das empresas que compuseram a amostra, conforme classificação adotada pela B3. Essa estimação teve como objetivo controlar para características próprias de cada segmento. Destaca-se que não é possível realizar o mesmo controle em estimações com efeitos fixos, tendo em vista que

a variável representativa de setor não varia de ano a ano, de modo que seu efeito é capturado pelos próprios efeitos fixos de cada empresa.

Levando-se em consideração que os AFD da forma medida na presente pesquisa representam uma proporção, cujos valores mínimos são aglutinados em valor zero, realizou-se como procedimento adicional de robustez a estimação de regressão *TOBIT* com efeitos de painel e de modelo de resposta fracional por meio do método de *Generalized Estimating Equations* (GEE), métodos que apresentam vantagens em termos de estimação quando a variável dependente é limitada entre zero e 1 (WOOLDRIDGE, 2010). Sempre que possível, os erros padrão reportados são estimados com base em matriz de variância-covariância robusta para heteroscedasticidade e autocorrelação, de modo a minimizar problemas decorrentes desses fenômenos.

A composição da amostra são as 59 companhias brasileiras participantes do Ibovespa, durante o período de 2009 até 2017, assim, uma amostragem não probabilística e por julgamento. Vale ressaltar que partindo do pressuposto de que as empresas do estudo cumprem com a norma da CVM, as quais regulam o reconhecimento de ativos fiscais diferidos no balanço patrimonial espera-se encontrar entre as variáveis utilizadas no modelo, as que descrevem os fatores influenciadores do reconhecimento dos tais ativos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Cumprimento das normas contábeis pelas empresas

No intuito de averiguar se a Deliberação 599/09 da CVM estava sendo cumprida pelas empresas em estudo, realizou-se uma análise do conteúdo das demonstrações contábeis divulgadas. Verificou-se o valor dos AFD reconhecido no balanço patrimonial das empresas e confrontou-se com as notas explicativas. Posteriormente procedeu-se a categorização e classificação das informações divulgadas pelas 59 empresas, chegando-se ao resultado da forma de informação dos dados analisados:

- a) O reconhecimento dos valores relativos a AFD ocorreu em 56 empresas;
- b) Cinco (5) empresas reconheceram valores relativos a AFD em apenas 2 anos;
- c) Trinta e oito (38) empresas apresentaram valores relativos a AFD em todos os anos analisados
- d) Todas as empresas que reconheceram AFD, apresentaram distintamente de outros ativos, classificando no curto e longo prazo;
- e) Nas notas explicativas, todas as empresas apresentaram informações requeridas pela deliberação a CVM, no que se refere AFD;
- f) Os pareceres dos auditores das empresas analisadas, não evidenciam ressalvas em suas opiniões, ou seja, as opiniões são “Sem Ressalvas”.

Analisado a forma de apresentação dos AFDs nos balanços patrimoniais das empresas deste estudo, pode-se afirmar que a deliberação 599/9 da CVM foi cumprida por todas as empresas. Assim, acredita-se que os diferentes níveis de reconhecimento de AFDs pelas empresas analisadas não podem ser explicados pelo cumprimento ou não de uma norma contábil, pois todas atenderam a deliberação da CVM. Desta forma, busca-se outros fatores explicativos que serão apresentados a seguir.

4.2 Fatores Determinantes no Reconhecimento dos Ativos Fiscais Diferidos

Neste item, apresentam-se os resultados da análise realizada, a qual seguiu o método adotado na pesquisa de Kronbauer et al. (2010). A partir dos dados das 59 empresas listadas no Ibovespa que compuseram a amostragem no período entre 2009 e 2017, obteve-se 520 observações empresa-ano. Apresenta-se na Tabela 1 a estatística descritiva das referidas

variáveis, após sua winsorização a 95%, de modo a reduzir a influência de observações extremas nos resultados da análise ora realizada.

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis analisadas

	mean	p50	min	max	sd	count
IAFD	.0304292	.022458	0	.3351093	.0379548	520
ENDTO	2.864347	2.567844	.12798	5.007707	1.294468	520
LC	1.599176	1.505839	.1202337	2.934411	.6868249	520
LG	.8749749	.8261475	.1619941	1.533492	.3621743	520
RF	.1087407	.1031618	-.1593137	.3656373	.1455778	520
Tamanho1	15.73398	15.75599	5.908083	19.63636	1.508159	520
Tamanho2	16.58235	16.58018	12.03604	20.61806	1.234531	520

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Tabela 2 apresenta-se a análise de correlação entre as variáveis da pesquisa. Apesar de se verificar correlação significativa e elevada entre as variáveis LC e LG, e Tamanho1 e Tamanho2, tal correlação não resultou em problemas de multicolinearidade, conforme o teste de fator de inflação de variância (*Variance Inflation Factor - VIF*) realizado sobre uma estimativa de regressão linear por mínimos quadrados ordinários considerando as variáveis incluídas na tabela. O resultado do teste VIF não revelou qualquer variável com VIF superior a 4, e consequentemente nenhuma variável com VIF superior a 10, nível crítico apontado na literatura para a ocorrência de problemas de multicolinearidade.

Tabela 2 – Matriz de correlações entre as variáveis

	IAFD	ENDTO	LC	LG	RF	Tamanho1	Tamanho2
IAFD	1						
ENDTO	0,1356*	1					
LC	-0,2457*	-0,1699*	1				
LG	-0,1483*	-0,2496*	0,5326*	1			
RF	-0,0796	-0,0732	-0,0534	0,0524	1		
Tamanho1	-0,0307	0,3116*	0,0141	-0,1109*	-0,0273	1	
Tamanho2	-0,0817	0,2011*	-0,0396	-0,2120*	-0,2011*	0,8017*	1

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

*Significativo ao nível 5%.

Na Tabela 3 apresenta-se os resultados das estimações realizadas. No painel A, são apresentados os resultados da análise contendo as variáveis Tamanho1 e Tamanho2, as quais representam o tamanho da empresa respectivamente em função do logaritmo natural da receita de vendas e do logaritmo natural dos ativos totais da empresa. Apesar de ambas as variáveis serem *proxies* usualmente utilizadas na literatura para controlar o tamanho da empresa, realiza-se no painel B a estimação dos modelos sem a variável Tamanho2, tendo em vista que a mensuração de ativos é mais sujeita a discricionariedade por parte da administração, e que ativos intangíveis importantes, tais como marcas desenvolvidas internamente, não são contabilizados pelas empresas.

O endividamento das empresas não apresentou relação significativa com o Índice de AFD, em oposição aos estudos de Covarsí e Ramírez (2003), Kronbauer e Alves (2008), Wilson (2009), Kronbauer et al. (2010), Lisowsky (2010), Mayoral e Segura (2014), Rodríguez e Arias (2015) e Sousa (2017) que identificaram relação positiva entre o endividamento e os AFD. No entanto, os resultados vão ao encontro das pesquisas de Madeira (2015) e Anceles (2012), que

FATORES INFLUENCIADORES DO RECONHECIMENTO DE ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS EM EMPRESAS DO IBOVESPA

verificaram associação negativa entre endividamento e os AFD. Desta forma, o valor de AFD das empresas da amostra não é afetado pelo índice de endividamento.

Tabela 3 – Resultados do modelo de dados em painel

Painel A – Resultados com a variável tamanho 2					
	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios e <i>dummies</i> de setor	<i>Tobit</i>	<i>GEE</i>
ENDTO	-0.00285	-0.00159	-0.00029	-0.00120	-0.07491
	(0.00302)	(0.00211)	(0.00212)	(0.00185)	(0.06664)
LC	-0.00450	-0.00662 ⁺	-0.00474	-0.00568	-0.07881
	(0.00351)	(0.00349)	(0.00332)	(0.00360)	(0.10146)
LG	0.02947	0.01423	0.02020	0.02202^{**}	0.58335
	(0.02018)	(0.01546)	(0.01614)	(0.00789)	(0.37668)
RF	-0.03665[*]	-0.03402[*]	-0.03385[*]	-0.03728^{**}	-1.22629 ⁺
	(0.01827)	(0.01591)	(0.01681)	(0.01299)	(0.65405)
Tamanho1	-0.00790	-0.00227	-0.00410	-0.00240	-0.00656
	(0.00487)	(0.00450)	(0.00452)	(0.00315)	(0.07331)
Tamanho2	-0.00773	-0.00736 ⁺	-0.00953 ⁺	-0.01276^{**}	-0.41178[*]
	(0.00805)	(0.00409)	(0.00526)	(0.00403)	(0.16977)
Consumo cíclico			-0.05676^{**}	-0.06585^{***}	-2.24305^{**}
			(0.02018)	(0.01685)	(0.85083)
Consumo não-cíclico			-0.00823	-0.01258	0.17934
			(0.01946)	(0.01847)	(0.37138)
Financeiro e outros			-0.03892 ⁺	-0.04483[*]	-1.10579
			(0.02051)	(0.02021)	(0.86636)
Materiais básicos			-0.01767	-0.02239	-0.36397
			(0.01858)	(0.01719)	(0.46591)
Petróleo, gás e biocombustíveis			0.00125	0.00286	0.00000
			(0.02342)	(0.02331)	(.)
Saúde			-0.03303	-0.03469	0.00000
			(0.02296)	(0.02629)	(.)
Telecomunicações			0.01816	0.01802	1.55537[*]
			(0.03738)	(0.02312)	(0.72592)
Utilidade pública			-0.01632	-0.01770	0.00000
			(0.01874)	(0.01718)	(.)
<i>AIC</i>	-2.41e+03	.	.	-1.63e+03	.
<i>BIC</i>	-2.38e+03	.	.	-1.56e+03	.
<i>Rsquared-within</i>	0.160	0.1383	0.1508		
<i>Chi-squared</i>				70.151	81.904
<i>Observations</i>	520	520	520	520	432

Continua...

Continuação...

Painel B – Resultados com a exclusão da variável tamanho 2

	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios e <i>dummies</i> de setor	<i>Tobit</i>	<i>GEE</i>
ENDTO	-0.00353	-0.00182	-0.00081	-0.00181	-0.09924 ⁺
	(0.00285)	(0.00210)	(0.00210)	(0.00186)	(0.05637)
LC	-0.00513	-0.00706*	-0.00524	-0.00643 ⁺	-0.12834
	(0.00328)	(0.00345)	(0.00327)	(0.00361)	(0.08682)
LG	0.03247	0.01764	0.02348	0.02680***	0.77668 ⁺
	(0.02105)	(0.01605)	(0.01719)	(0.00785)	(0.43352)
RF	-0.03258 ⁺	-0.02793 ⁺	-0.02617 ⁺	-0.02744*	-0.95045
	(0.01767)	(0.01502)	(0.01583)	(0.01271)	(0.63517)
Tamanho1	-0.01204**	-0.00672 ⁺	-0.00976**	-0.01004***	-0.21297***
	(0.00431)	(0.00349)	(0.00363)	(0.00203)	(0.06062)
Consumo cíclico			-0.05581**	-0.06468***	-1.35761*
			(0.02126)	(0.01752)	(0.55275)
Consumo não-cíclico			-0.00867	-0.01316	0.47470
			(0.01992)	(0.01922)	(0.35495)
Financeiro e outros			-0.04966*	-0.05885**	-0.97506
			(0.01978)	(0.02055)	(0.76685)
Materiais básicos			-0.02296	-0.02951 ⁺	-0.49693
			(0.01937)	(0.01776)	(0.56541)
Petróleo, gás e biocombustíveis			-0.00292	-0.00247	0.00000
			(0.02177)	(0.02418)	(.)
Saúde			-0.03399	-0.03593	0.00000
			(0.02508)	(0.02736)	(.)
Telecomunicações			0.01130	0.00892	1.40810 ⁺
			(0.03539)	(0.02390)	(0.73082)
Utilidade pública			-0.02119	-0.02420	0.00000
			(0.01919)	(0.01777)	(.)
<i>AIC</i>	-2.41e+03	.	.	-1.62e+03	.
<i>BIC</i>	-2.39e+03	.	.	-1.56e+03	.
<i>R-squared</i>	0.153	0.1355	0.1462		
<i>Chi-squared</i>				60.211	80.340
<i>Observations</i>	520	520	520	520	432

Nota: Erros-padrão de estimação entre parênteses. ⁺Significativo ao nível 10%, *Significativo ao nível 5%; **Significativo ao nível 1%, *** %; **Significativo ao nível 0,1% ,

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como a amostra é composta por instituições financeiras e não financeiras, não se pode descartar que a variável ENDTO seja muito diferente entre ambos os grupos de empresas. Para mitigar essa preocupação, realizou-se como análise de robustez a estimação dos modelos com uma variável representativa de endividamento modificada, definida como a distância do ENDTO de cada empresa para o endividamento médio de seu setor, dividida pelo endividamento médio do setor, seguindo Simon (2018). Testou-se ainda a alteração do cálculo da variável ENDTO para considerar o somatório do passivo circulante e não circulante dividido

pelos Ativos totais da empresa. Em ambos os casos, os resultados no que se refere a falta de significância estatística do endividamento não foram alterados.

A variável rentabilidade financeira apontou uma relação negativa e significativa na maior parte das especificações com o Índice de AFD. Esse resultado sugere que as empresas que apresentam uma maior rentabilidade são menos propensas a reconhecer AFD, o que seria consistente com um menor volume de AFD decorrentes de prejuízos fiscais, e com um menor volume de diferenças temporárias relativamente ao tamanho da empresa para empresas mais lucrativas. Esse resultado é consistente com os achados de Gordon e Joos (2004); Kronbauer et al. (2010); Rojas et al. (2010), que também reportam uma relação negativa entre a rentabilidade e os ativos diferidos.

As variáveis representativas de tamanho da empresa, obtidas respectivamente do logaritmo natural da receita de vendas (Tamanho1) e do logaritmo natural do valor do ativo total (Tamanho 2), apresentam, em algumas das especificações reportadas na Tabela 3, relação significativa e negativa com o nível de IAFD. Este resultado apresenta indicativos de que empresas menores são mais propensas a reconhecer um maior valor de AFD, o que pode sugerir que tais empresas utilizam os IAFD como ferramenta de aumento do seu ativo e consequentemente melhora dos seus indicadores financeiros. Nesse particular, os resultados são consistentes com os estudos de Gordon e Joos (2004), Kronbauer e Alves (2008), Kronbauer et al. (2010), Anceles (2012), Mayoral e Segura (2014), Hanlon, Navissi e Soepriyanto (2014) e Madeira (2015).

Para as demais variáveis, os resultados dependem significativamente da especificação realizada, de modo que o presente estudo não é conclusivo quanto aos seus efeitos sobre o reconhecimento de AFD. A utilização, nos modelos de efeitos aleatórios (inclusive TOBIT e GEE), de variáveis *dummy* representativas do setor de atuação das empresas estudadas evidencia que parte da variabilidade *cross-section* no nível de IAFD deve-se a características particulares de alguns dos segmentos de atuação das empresas pesquisadas, o que pode decorrer de particularidades da legislação tributária aplicáveis aos setores em questão.

Considerando-se ainda que o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12) é de razoável complexidade, realiza-se teste adicional de robustez, reportado na Tabela 4, considerando-se somente observações no subperíodo 2012-2017, descartando-se dessa forma os anos de 2009 a 2011. Com esse procedimento, espera-se verificar a sensibilidade dos resultados ao descarte de período de aprendizado da norma por parte das empresas.

Conforme evidenciado na Tabela 4, os coeficientes de determinação são mais elevados para as regressões estimadas para o subperíodo de 2012-2017, evidenciando que nesse período mais recente, uma maior parcela da variabilidade dos AFD das empresas pôde ser explicada pelos determinantes apontados na literatura. Parte desse aumento na capacidade explicativa dos modelos no subperíodo 2012-2017 pode ser atribuída às variáveis ENDTO e LC, que passaram a ser negativas e estatisticamente significantes em algumas das especificações analisadas. Esses resultados podem sugerir, que após a variabilidade esperada no período de implementação e consolidação do CPC 32, os níveis de ENDTO e de LC passaram a afetar negativamente o nível de AFD reconhecido pelas empresas brasileiras.

Finalmente, os coeficientes de determinação (*R-Squared*) dos modelos de regressão de painel com efeitos fixos e aleatórios, para o período completo e para o subperíodo 2012-2017, encontram-se no intervalo entre 13% e 20%. Esse intervalo evidencia que, no período e amostra pesquisada, grande parte da variabilidade no nível de reconhecimento de AFD não é explicada pelas variáveis independentes sugeridas de forma predominante pela literatura relacionada ao tema, mesmo que se tenha verificado um acréscimo de poder explicativo no período mais recente. Essa constatação evidencia a necessidade de pesquisas futuras sobre o tema, inclusive por meio de estudos de casos que permitam a identificação de explicações e fatores relacionados de forma concreta ao nível de AFD das empresas brasileiras.

Tabela 4 – Resultados do modelo de dados em painel no período de 2012 a 2017

	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios e <i>dummies</i> de setor	<i>Tobit</i>	<i>GEE</i>
ENDTO	-0.00025 ⁺ (0.00014)	-0.00028 ⁺ (0.00015)	-0.00026 ⁺ (0.00015)	-0.00027* (0.00013)	0.04117 ⁺ (0.02310)
LC	-0.00072*** (0.00019)	-0.00074* (0.00032)	-0.00086*** (0.00025)	-0.00384 (0.00261)	-0.01728*** (0.00392)
LG	0.00768 (0.00798)	-0.00685 (0.00602)	-0.00174 (0.00586)	0.00194 (0.00616)	0.16812 (0.18791)
RF	-0.00555 (0.00415)	-0.00636 (0.00437)	-0.00578 (0.00434)	-0.00611 ⁺ (0.00357)	-0.14096 ⁺ (0.07915)
Tamanho1	-0.01333*** (0.00309)	-0.00813* (0.00375)	-0.00964** (0.00336)	-0.01103*** (0.00190)	-0.20845*** (0.02575)
Consumo cíclico			-0.04254* (0.01830)	-0.05016** (0.01626)	-1.54524*** (0.45072)
Consumo não-cíclico			-0.01258 (0.01793)	-0.01565 (0.01784)	-0.36810 (0.23761)
Financeiro e outros			-0.04437* (0.01901)	-0.04960** (0.01879)	-1.38828* (0.62795)
Materiais básicos			-0.01276 (0.01949)	-0.01583 (0.01607)	-0.20206 (0.39038)
Petróleo, gás e biocombustíveis			-0.00819 (0.02230)	-0.00266 (0.02184)	0.00000 (.)
Saúde			-0.02885 (0.02233)	-0.02856 (0.02468)	0.00000 (.)
Telecomunicações			-0.01044 (0.02148)	-0.00958 (0.02154)	0.12660 (0.52546)
Utilidade pública			-0.01073 (0.01845)	-0.01199 (0.01617)	0.00000 (.)
<i>AIC</i>	-1.63e+03	.	.	-1.08e+03	.
<i>BIC</i>	-1.61e+03	.	.	-1.02e+03	.
<i>Rsquared</i>	0.197	0.1647	0.1849		
<i>Chi-squared</i>				56.646	323.874
<i>Observations</i>	302	302	302	302	242

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática envolvendo tributos sobre lucros e em especial ativos fiscais diferidos vêm recebendo espaço na literatura e no ambiente empresarial. Neste contexto o estudo objetivou descrever principais fatores influenciadores do reconhecimento de ativos fiscais diferidos em empresas do Ibovespa. A amostra foi composta por 59 empresas brasileiras de diversos setores de capital aberto, que disponibilizaram as demonstrações contábeis na B3, no período de 2009 a 2017.

Os resultados indicam que, na análise de conteúdo das demonstrações contábeis a Deliberação 599/09 da CVM está sendo cumprida pelas empresas em estudo. A variável endividamento não apresentou relação significativa com o índice de AFD na amostra de pesquisa. Resultado desconhecido aos estudos de Covarsí e Ramírez (2003), Kronbauer e

Alves (2008), Wilson (2009), Kronbauer et al. (2010), Lisowsky (2010), Mayoral e Segura (2014), Rodríguez e Arias (2015) e Sousa (2017) que identificaram relação positiva entre o endividamento e os AFD. Todavia, o resultado corrobora para as pesquisas de Anceles (2012) e Madeira (2015), que verificaram associação negativa entre endividamento e os AFD. Desta forma, o valor de AFD das empresas da amostra não é afetado pelo índice de endividamento.

Já a variável rentabilidade financeira assinalou uma relação negativa e significativa na maior parte das especificações com o Índice de AFD. Esse resultado apoia os resultados encontrados por Kronbauer et al. (2010), que também evidencia uma relação negativa entre a rentabilidade e os ativos diferidos. As variáveis Tamanho 1 (logaritmo natural da receita de vendas) e Tamanho 2 (logaritmo natural do valor do ativo total) reportam relação significativa e negativa com o nível de IAFD, resultado que vai ao encontro dos estudos de Gordon e Joos (2004), Kronbauer e Alves (2008), Kronbauer et al. (2010), Anceles (2012); Hanlon, Navissi e Soepriyanto (2014); Mayoral e Segura (2014); Madeira (2015); Rodrigues e Arias (2015). Entretanto, divergem aos estudos de Covarsí e Ramírez (2003); Laux (2013); Bauman e Shaw (2016) e Sousa (2017).

Ainda, para as regressões estimadas para o subperíodo de 2012-2017 os coeficientes de determinação são mais elevados, ou seja, uma maior parcela da variabilidade dos AFD das empresas pôde ser explicada pelos determinantes apontados na literatura, a exemplo do ENDTO e de LC. Na regressão de painel com efeitos fixos e aleatórios mesmo que tenha verificado um acréscimo de poder explicativo no período mais recente, mostra que parte da variabilidade no nível de reconhecimento de AFD não é explicada pelas variáveis independentes sugeridas pela literatura. Este resultado pode estar relacionado com a mudança institucional (IFRS) que trouxe mudanças que refletem na desvinculação entre a contabilidade societária e a contabilidade tributária, ou seja, uma mudança na legislação. De acordo com North (1990), toda alteração nas regras formais e/ou informais afeta os resultados e o comportamento das instituições.

Essa constatação evidencia a necessidade de pesquisas futuras sobre o tema, inclusive por meio de estudos de casos que permitam a identificação de explicações e fatores relacionados de forma concreta ao nível de AFD das empresas brasileiras. Por fim, recomenda-se a continuidade do estudo incluindo outras variáveis, como nível de governança e que este estudo deverá ter prosseguimento, com a ampliação do campo de pesquisa, em um conjunto maior de empresas, inclusive com a análise de outras peculiaridades do assunto, as quais evidenciam práticas de gerenciamento de resultados e manipulação contábil em empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALALI, F. A.; FOOTE, P. S. The value relevance of international financial reporting standards: Empirical evidence in an emerging market. **The international journal of accounting**, v. 47, n. 1, p. 85-108, 2012.

ALMEIDA, N. S. LEMES, S. Evidências do Entendimento de Quatro Pronunciamentos Contábeis por Auditores Independentes do Brasil. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 1, p. 83-105, 2013.

ANCELES, E. K. **Fatores explicativos do reconhecimento de ativos fiscais recuperáveis, diferidos e litigiosos: um estudo em empresas do ramo de agronegócios**. 2012, 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

BAUMAN, M.; SHAW, K. Balance Sheet Classification and the Valuation of Deferred Taxes. **Research in Accounting Regulation**, v. 28, n. 2, p. 77–85, 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de julho 2007. Dispõe o processo de harmonização das normas internacionais de contabilidade. Presidência da República Federativa. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 1-2, p. 107-148, 2006.

BYARD, D.; LI, Y.; YU, Y. The effect of mandatory IFRS adoption on financial analysts' information environment. **Journal of accounting research**, v. 49, n. 1, p. 69-96, 2011.

CAMPOS, G. M.; SARLO NETO, A.; ALMEIDA, J. E. F. A Influência da Tributação no Grau de Conservadorismo das Empresas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 2, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC Nº 1.189/09. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG-geral-normas completas, NBC TG estrutura conceitual, NBCs TG 01 a 46, 2009.

CHAO, C. L.; KELSEY, R. L.; HORNG, S. M.; CHIU, C. Y. Evidence of earnings management from the measurement of the deferred tax allowance account. **The Engineering Economist**, v. 49, n. 1, p. 63-93, 2004.

CHRISTENSEN, H. B.; HAIL, L.; LEUZ, C. Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. **Journal of Accounting and Economics**, v. 56, n. 2-3, p. 147-177, 2013.

COVARSÍ, M. G. A.; RAMÍREZ, C. Z. Análisis de los factores determinantes en el reconocimiento de créditos por pérdidas fiscales en las empresas españolas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 32, n. 117, p. 395-429, 2003.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Deliberação CVM nº 599/09**, de 15 de setembro de 2009. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli599.doc>. Acesso em: 16 jul. 2016.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of accounting and economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DIMITROPOULOS, P. E.; ASTERIOU, D.; KOUSENIDIS, D.; LEVENTIS, S. The impact of IFRS on accounting quality: Evidence from Greece. **Advances in Accounting**, v. 29, n. 1, p. 108-123, 2013.

DONOHUE, M. P. Financial Derivatives in Corporate Tax Avoidance: A Conceptual Perspective. **Journal of the American Taxation Association**. v. 37, n. 1, p. 37-68, 2015.

ERNST & YOUNG. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: **IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

FERNÁNDEZ R. E.; MARTÍNEZ A. A.; ÁLVAREZ G. S. Contabilidad versus fiscalidad: situación actual y perspectivas de futuro en el marco del Libro Blanco de la contabilidad. **Instituto de Estudios Fiscales**, Documento, n. 2/03, 2003.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1-3, p. 255-307, 2001.

GARCÍA-AYUSO, M.; RUIZ, I.; ZAMORA, C. Una aproximación empírica a las relaciones de gobierno corporativo en las empresas españolas. In: **Trabajo presentado al XII Congreso AECA, Cádiz, España**. 2003.

GORDON, E. A.; JOOS, P. R. Unrecognized deferred taxes: evidence from the U. K. **The Accounting Review**, v. 79, n. 1, p. 97-124, 2004.

HANLON D.; NAVISS F.; SOEPRIYANTO G. The value relevance of deferred tax attributed to asset revaluations, **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 10, n. 2, p. 87-99, 2014.

HOUQUE, M. N.; VAN ZIJL, T.; DUNSTAN, K.; KARIM, A. W. The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. **The International journal of accounting**, v. 47, n. 3, p. 333-355, 2012.

IATRIDIS, G. International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information. **International review of financial analysis**, v. 19, n. 3, p. 193-204, 2010.

KRONBAUER, C. A.; ALVES, T. W. **Fatores determinantes no reconhecimento de ativos fiscais diferidos numa amostra de empresas do Ibovespa no período de 2003/2005**. XXXII – EnANPAD, Rio de Janeiro, 2008.

KRONBAUER, C. A.; ROJAS, J. M.; DE SOUZA, M. A. Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo entre as normas brasileiras da CVM e do CFC e a norma internacional de contabilidade N° 12 do IASB. **Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 1, p. 58-88, 2009.

KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A.; ALVES, T. W.; ROJAS, J. M. Fatores determinantes do reconhecimento de ativos fiscais diferidos. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 4, p. 68-88, 2010.

KRONBAUER, C. A.; ROJAS, J. M.; SOUZA, M. A.; OTT. Evidencia de utilização oportunista de normas contábeis em el reconocimiento de pasivos fiscais diferidos en empresas brasileñas y españolas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 16, p. 39-51, 2012.

LAUX, R. C. The association between deferred tax assets and liabilities and future tax payments. **The Accounting Review**, v. 88, n. 4, p. 1357-1383, 2013.

LEITE, J. S. J. Normas Contábeis Internacionais: Uma visão para o futuro. **Cadernos da FACECA**, v. 1, n. 1, p. 51-65, 2002.

LI, S. Does mandatory adoption of International Financial Reporting Standards in the European Union reduce the cost of equity capital?. **The accounting review**, v. 85, n. 2, p. 607-636, 2010.

LISOWSKY, P. Seeking shelter: Empirically modeling tax shelters using financial statement information. **The Accounting Review**, v. 85, n. 5, p. 1693–1720, 2010.

MACÍAS, M.; MUIÑO, F. Examining dual accounting systems in Europe. **The international journal of accounting**, v. 46, n. 1, p. 51-78, 2011.

MADEIRA, F. L. **Características dos tributos diferidos nas companhias abertas brasileiras após a adoção das IFRS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, A. L. Detectando Earnings management no Brasil: Estimando os Accruals discricionários. **Revista contabilidade e finanças**, v. 19, n. 46, p. 7-17, 2008.

MARTINEZ, A. L.; RONCONI, L. B. The informativeness of taxable income and book income before and after the adoption of IFRS in Brazil. **Business Management Dynamics**, v. 3, n. 5, p. 51-63, 2013.

MARTINS, E.; GELBCKE, R. E.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária - Aplicável a Todas as Sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAYORAL, J. M.; SEGURA, A. S. Compensación fiscal de pérdidas: determinantes de su activación, impacto en las cuentas anuales y aprovechamiento de los créditos. **Revista de Contabilidad**, v. 17, n. 1, p. 17–29, 2014.

MAYORAL, J. M.; SEGURA, A. S. Los impuestos como determinantes de la inversión empresarial. Evidencia empírica en empresas españolas que no cotizan en bolsa. **Revista de Contabilidad**, v. 20, n. 2, p. 195-209, 2017.

MILLER, G. S.; SKINNER, D. J. Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS n.º 109. **The Accounting Review**, v. 73, n. 2, p. 213-233, 1998.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. **The American economic review**, v. 48, n. 3, p. 261-297, 1958.

NORTH, D. C. A transaction cost theory of politics. **Journal of theoretical politics**, v. 2, n. 4, p. 355-367, 1990.

NOURI, Y.; ABAOUB, E. Accounting Manipulations and IFRS: Evidence from French Companies. **International Journal of Economics and Finance**, v. 6, n. 11, p. 229, 2014.

- OLIVEIRA, V. A.; ALMEIDA, L. C. F.; LEMES, S. Gerenciamento de resultados contábeis por meio de ativos fiscais diferidos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 11, n. 1-2, 2009.
- PEREIRA, T. R. L. Tratamento contábil dos tributos sobre o lucro: um estudo comparativo na mudança nas normas brasileiras. **Revista Científica Hermes**, n. 11, p. 207-226, 2014.
- RAMÍREZ, Z. C.; ROJAS, J. M.; TORRES, J. A. R. Contabilidad del impuesto sobre beneficios y resultado global: relevancia valorativa en el mercado financiero español. **Revista de Contabilidad**, v. 17, n. 2, p. 174-182, 2014.
- RODRÍGUEZ, E. F.; ARIAS, A. M. La discrecionalidad en las diferencias temporarias entre Contabilidad y Fiscalidad. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 44, n. 2, p. 180-207, 2015.
- ROJAS, J. M.; HERRERA, D.; KRONBAUER, C. A.; SOUZA, M. A. La activación de las diferencias temporales positivas en empresas cotizadas españolas: un estudio empírico. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 3-15, 2010.
- SCHRAND, C. M.; WONG, M. H. Earnings management using the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. **Contemporary Accounting Research**, v. 20, n. 3, p. 579-611, 2003.
- SIMON, M. L. A. **Política de Dividendos no Brasil**: As instituições financeiras são diferentes? Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.
- SOUZA, A. S. N. **Serão os impostos um incentivo à manipulação dos resultados? Estudo das empresas ibéricas**. Dissertação submetida ao Instituto Politécnico de Coimbra Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2017.
- TOIGO, L. A.; GOLLO, V.; CUNHA, P. R. Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do julgamento dos acadêmicos concluintes do curso de Ciências Contábeis. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2014.
- TÜREL, A. The Value Relevance of IFRS: the case of Turkey. **Acta Universitatis Danubius (Economica)**, v. 5, n. 1, p. 119-128, 2009.
- WILSON, R. J. An examination of corporate tax shelter participants. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, p. 969-999, 2009.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: Uma abordagem moderna**. Pioneira Thomson Learning, 2010.
- YIP, R. W. Y; YOUNG, D. Does mandatory IFRS adoption improve information comparability?. **The Accounting Review**, v. 87, n. 5, p. 1767-1789, 2012.